

Bolsa Família e a tripla perspectiva sobre justiça social como redistribuição

Este artigo é parte de um estudo que trata da questão do Bolsa Família como programa de combate à pobreza, na busca por maior redistribuição material e justiça social. O artigo visa mostrar brevemente as diferenças de discursos, temporalidades e perspectivas sobre três eixos: a filosofia política contemporânea na sua discussão de justiça social em termos redistributivos; a perspectiva do Estado de Bem Estar Social em gestão de políticas públicas; e sobretudo o ponto de vista dos beneficiários do programa. O testemunho dos beneficiários elucidará parte de suas compreensões, dificuldades e vivências diárias do uso do benefício que às vezes ultrapassa as lógicas das políticas públicas e o pensamento abstrato (e normativo) da filosofia. O artigo busca aprofundar a reflexão da redistribuição do Bolsa Família como veículo de justiça social.

Palavras chaves: Bolsa Família, redistribuição, justiça social, perspectivas, filosofia política, beneficiários, Estado.

Bolsa Família e a tripla perspectiva sobre justiça social como redistribuição

Este artigo é o resumo de um estudo mais aprofundado realizado entre os anos de 2005 e 2007 sobre as diferenças de perspectivas, temporalidades e olhares sobre a questão da redistribuição como justiça social, tendo como objeto o Bolsa Família. O interesse é de mostrar alguns elementos de proximidade e de distância na reflexão sobre três eixos principais: pela filosofia política contemporânea (sob a perspectiva de duas autoras); pela discussão sobre o Estado de Bem Estar Social e a gestão de políticas públicas; e sobretudo pelo testemunho dos beneficiários do Bolsa Família sobre como eles lidam e interpretam o acesso e o próprio uso do benefício.

Devido ao limite de páginas para este artigo, a maioria dos dados matemáticos coletados sobre a renda dos beneficiários sem o Bolsa Família, quanto recebem do Bolsa Família, e outros, foi drasticamente reduzida. De todo modo, a pequena amostra reflete bem o que estudos em maior escala têm apresentado estatisticamente sobre as condições de vida destas populações e o efeito positivo do Bolsa Família no orçamento familiar. Estes cortes foram feitos para priorizar as falas e a compreensão dos beneficiários do Bolsa Família, que vivem no dia-a-dia a experiência prática da pobreza e cuja racionalidade às vezes se confronta com os desafios de gestão, assim como a discussão no plano abstrato da filosofia política.

Justiça Social e redistribuição sob uma perspectiva da Filosofia Política

O paradigma distributivo: a justiça social como distribuição de benefícios e de direitos?

O paradigma distributivo tem a tendência de definir a justiça social como a distribuição moralmente apropriada de benefícios e encargos sociais entre todos os membros da sociedade. Isto é representado por bens, renda e recursos. Trata-se também de bens sociais não materiais tais como os direitos, oportunidades e respeito próprio. O que se nota do paradigma distributivo é uma tendência de se conceber a justiça social e a redistribuição como conceitos co-extensivos.

Este conceito de justiça pode ser considerado limitado e problemático pelas seguintes razões. Young constata dois problemas principais do paradigma distributivo: 1) ele ignora o contexto institucional que determina a distribuição material¹; 2) quando se estende o conceito de distribuição aos bens não materiais, estes são representados de maneira

¹ Esta afirmação pode ser negada. A tradição marxista é geralmente enquadrada como parte do paradigma distributivo; entretanto, nesta tradição o contexto institucional da distribuição é fundamental.

inadequada. Dito de outro modo, a liberdade e os direitos não podem ser compreendidos como bens a serem partilhados de modo mais ou menos igualitário.

Existem também problemas quando analisa-se o poder à partir de uma perspectiva distributiva: 1) há uma tendência a se esquecer que o poder não é um objeto, mas uma relação; 2) o viés atomístico explicita a relação entre agentes particulares onde um domina e o outro é dominado, negligenciando as grandes estruturas que fazem a mediação entre os agentes; 3) um conceito de poder que apresenta-se como um objeto à ser negociado ou trocado mascara os fenômenos estruturais da dominação.

Young afirma que o poder é uma relação entre aqueles que exercem o poder e comunicam suas intenções e aqueles que dão o seu consentimento. Esta definição ainda é problemática pois: 1) uma relação de poder existe mesmo quando não há comunicação expressa de intenções²; 2) Lukes³ demonstra que os mecanismos de dominação ideológica não necessitam de consciência, nem aceitação, daqueles que se submetem. Porém, é inegável que dentro da estrutura, existem atores mais poderosos que outros. Young afirma que no Estado de Bem Estar Social, o poder é difuso e disperso, mas as relações continuam a ser definidas pela dominação e opressão. Mesmo existindo uma classe dominante relativamente unificada, a possibilidade de distribuição é mínima por causa das estruturas de proteção desta classe.

A análise de Boltanski e Chiapello pode ajudar a elucidar este ponto ao engrandecer a questão. Eles trataram da questão da reestruturação e adaptação do capitalismo contemporâneo que transformou as antigas maneiras de resistência à exploração capitalista inoperantes. Na ausência de uma noção clara de exploração e de uma esperança de mudança social, a rejeição à injustiça volta-se ao seu estímulo inicial: a indignação diante do sofrimento (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 429). Neste caso, a exclusão se apresenta como um destino (contra o qual é preciso lutar), e não como o resultado de uma assimetria social na qual alguns homens lucram ao detrimento de outros homens. Mesmo a idéia de exclusão ignora a exploração. Pela privação cada vez mais drástica de relações e pela aparição progressiva de uma incapacidade de criar e manter relações (capital social) é que se manifesta algumas formas extremas de exploração. Boltanski e Chiapello explicitam que no capitalismo, a exploração não se apresenta de uma forma necessariamente patente, visível. No capitalismo contemporâneo, ela passa por desvios que a dissimulam: ela é juridicamente negada (pois os atores estão numa relação contratual) e ela é vivenciada numa situação de face à face, mas possui um caráter sistêmico.

² BACHRACH, Peter et Morton S. Baratz. "A segunda face do poder", 1962.

³ Lukes *abud* Miguel, 1998.

No caso do Brasil contemporâneo, é preciso lembrar que diversas formas/etapas do capitalismo existem simultaneamente. Por um lado, existem situações onde se pode observar ainda uma divisão de classes em termos marxistas, definida pela posse de meios de produção e a venda da força de trabalho – como na zona rural ou no mercado informal da zona urbana. Por outro lado, existem novas formas de capitalismo contemporâneo nas quais a identificação das fontes de exploração são menos evidentes. Por exemplo, proprietários de terra podem explorar diretamente a força de trabalho de certos grupos vulneráveis e sinceramente se sentirem acuados pelo sistema agrícola macroeconômico global .

No que concerne os princípios do Estado de Bem Estar Social, Young afirma que: 1) o princípio de atividade econômica deve ser regulamentado socialmente e coletivamente para maximizar a prosperidade coletiva; 2) o princípio segundo o qual os cidadãos têm direito de ter certas necessidades contempladas pela sociedade. À medida que os mecanismos privados falham, cabe ao Estado de restabelecer as políticas para assegurar as necessidades; 3) o princípio de igualdade formal e procedimentos impessoais (em vez de cooperações arbitrárias, autoridades personalizadas e coerções). Apesar da impressão de socialização dos bens que estes princípios fornecem, esta forma de regulação governamental é distanciada de um *a priori* socialista, pois estas proposições explícitas servem para criar condições ótimas para a acumulação de capital (Young, 1990, p. 67). Em termos políticos, o Estado de Bem Estar Social preenche uma função importante de legitimação⁴, por encorajar a fidelidade à um sistema que oferece algo de material ou que promete eternamente de o oferecer. O paradigma distributivo tende a justificar e legitimar a ação do Estado de Bem Estar Social como uma maneira de assegurar os direitos fundamentais, por uma certa regulação da economia para alcançar o bem coletivo. As questões que concernem a produção dos bens, a organização social e do trabalho, os procedimentos de tomada de decisões, as questões culturais e outras questões institucionais não são criticadas. Agindo de modo despolitizado, o Estado de Bem Estar social concebe e trata os cidadãos como “clientes consumidores” com mais ou menos direitos de acordo com suas especificidades.

Pela burocratização das agências do Estado de Bem Estar Social, as decisões e as ações não são tratadas segundo o quê é justo, mas segundo sua validade legal. Ou seja, se

⁴ Isto pode ser compreendido como uma simplificação. O fato que o estado de Bem Estar Social serve à legitimação política não significa que ele não tenha sido concebido como uma resposta social e histórica aos problemas sociais de uma época. Ele funciona igualmente como um controle da “contra produtividade” capitalista. Em princípio, à partir do momento em que há leis de proteção aos indivíduos, estes podem se apoiar nelas para vivenciar lutas e conflitos sociais.

são coerentes com as regras e procedimentos. O objetivo desta prática é de não ser arbitrário, “egoísta” ou pessoal, o quê é *a priori* extremamente louvável como ideal. Contudo, a neutralidade efetiva não existe e nestes processos, existe uma dupla despolitização. Por um lado, geralmente aqueles que são submetidos às regras (os beneficiários) crêem que não podem compreender as regras ou não estão muito seguros sobre como as regras foram definidas (é o mito da expertise que retira a coragem das pessoas de discutirem, às vezes por temerem serem punidos de maneira arbitrária ou pelo fato de questionarem as práticas) . Por outro lado, aqueles que trabalham na burocracia geralmente têm mais poder sobre a ação dos outros que sobre suas próprias ações. Ou seja, o burocrata é subordinado às ordens que vêm de cima, permitindo aos executores de responder com facilidade que eles estão apenas executando as ordens⁵ (regras). Esta estrutura hierárquica restabelece a dominação pessoal que a organização burocrática deveria eliminar (Young, 1990, p. 78). Young afirma que a democracia é um elemento e uma condição para a justiça social. Isto exige que as instituições do Estado de Bem Estar Social introduzam procedimentos de discussão e de tomada de decisões sobre os objetivos e modos de ação para que os cidadãos tenham um certo controle da ação do Estado.

No que concerne as perspectivas políticas sobre as injustiças socioeconômicas, Nancy Fraser dá um passo além na crítica. Para ela, a injustiça socioeconômica é o resultado da estrutura socioeconômica da sociedade e pode existir sob a forma de exploração (no sentido marxista do termo: os frutos do trabalho de um são apropriados por um outro), ou da marginalização econômica (sempre ligada ao trabalho, situações de precarização, de alienação, de falta de emprego e de certo modo de desafiliação⁶).

As soluções para a injustiça social que Fraser sugere passa por uma reestruturação econômica. Isto compreende a distribuição de renda, uma nova divisão do trabalho, um controle mais democrático sobre as decisões de investimentos ou a transformação de estruturas econômicas fundamentais. Entre as soluções possíveis, ela cita dois tipos: 1) as soluções “corretivas” que tentam corrigir e compensar resultados desiguais da organização social – sem mexer em suas causas profundas; 2) as soluções “ transformadoras” que visam as causas profundas das desigualdades. Todavia, ela explicita que a distinção feita entre os dois tipos de soluções é estabelecida pela dicotomia de sintomas e causas, e *não*

⁵ Por outro lado, os sistemas burocráticos são geralmente organizados segundo o mito o mérito e do sucesso na carreira que se segue. Então, os funcionários aceitam certas estruturas hierárquicas porque desejam, por um lado , subir na hierarquia e, por outro lado, acreditar que se avançam na carreira é por mérito pessoal.

⁶ Utiliza-se a categoria desenvolvida por Castel, mesmo se Fraser não a utiliza. A idéia que ela trabalha em diversos textos em busca de solução, se refere em grande medida ao esgarçamento das redes de proteção social advindas do trabalho.

pela mudança gradual e transformação radical (Fraser, 2005, p.31). Ela demonstra que as soluções transformadoras estão historicamente associadas ao socialismo: remediar a distribuição única transformando a estrutura econômica que a sustenta, por uma reorganização das relações de produção, da divisão social do trabalho e das condições de existência de cada um. As soluções corretivas estão historicamente associadas ao Estado de Bem Estar Social liberal : corrigir as conseqüências de uma distribuição única mantendo intacta a estrutura econômica, por um aumento da capacidade de consumo (poder de compra) dos grupos em desvantagem econômica.

O Estado de Bem Estar Social como redistribuição corretiva compreende duas formas tradicionais de transferência de renda: 1) os programas de proteção social ligados ao trabalho. Pela cotização, a proteção social arca com os gastos da reprodução social para aqueles que detêm um emprego estável;2) a assistência social fundada sobre a verificação de renda e recursos. Ela fornece uma ajuda que tem como alvo o exército de reserva de desempregados e o “precariado”⁷. Como esta redistribuição não mexe nas causas das injustiças econômicas, os manejos são sempre superficiais, limitados e tendem a continuar infinitamente.

Do mesmo modo que Young, Fraser compreende que nesta estrutura, existe um desvio da atenção sobre a divisão do trabalho e outras formas de opressão e dominação. O sentido desta desvio é de não abolir as diferenciações de classe, mas de as reforçar e reconfigurar. Em vez de focalizar sobre a distinção entre trabalhadores e capitalistas, uma fratura é criada na classe de trabalhadores entre aqueles que têm trabalho e aqueles que não têm. Nesta nova relação de forças, aqueles que são assistidos podem sofrer a hostilidade daqueles que estão numa situação mais estável (é o clássico discurso de que alguns trabalham para que outros sejam sustentados pelo Estado). Isto pode causar, e geralmente causa, um estigma duplo: econômico e de reconhecimento social – que é de fato uma outra faceta da justiça social.

O Estado de Bem Estar Social no Brasil e o Bolsa Família – uma perspectiva de Estado

No Brasil, o Estado de Bem Estar Social ainda não conseguiu assegurar à todos os seus cidadãos uma proteção social mínima. Diante das desigualdades extremas, o Estado tenta focalizar seus esforços sobre os mais vulneráveis economicamente, buscando equilibrar o quê o sistema de proteção social universal não conseguiu estabelecer sozinho. São políticas redistributivas compensatórias que buscam assegurar o direito universal à vida.

⁷ Trata-se de um empréstimo do termo que Robert Castel utiliza para se referir às pessoas em sub-empregos, empregos precários ou temporários. É um jogo de palavras entre salariado e precário.

Pode-se imaginar que estas políticas, justamente pelo seu teor “corretivo”, serão menos eficazes à longo prazo do que seriam políticas redistributivas estruturais mais agressivas tais como a reforma agrária, políticas de acesso e de qualidade à educação e ao trabalho. Estas políticas poderiam fazer progredir de modo mais rápido os direitos civis, políticos e sociais. (Kerstenetzky, 2005).

De acordo com Schwartzman, as políticas sociais no Brasil podem ser pensadas à partir de “três gerações”. A primeira geração foi iniciada na década de 30 pelas primeiras leis de proteção ao trabalhador e de instituições de proteção social. Pela constituição de 1988, estabelece-se um conjunto de direitos sociais relativos à educação, saúde, trabalho e outros. A segunda geração (durante o governo de FHC e de Lula) tenta racionalizar e distribuir os recursos gastos no social, buscando um equilíbrio financeiro e corrigindo os aspectos mais regressivos dos gastos sociais (aqueles que beneficiavam as classes altas e médias mais que as classes populares). A terceira geração (atual) tenta modificar não somente a distribuição dos gastos sociais, mas a qualidade dos serviços, como o quadro institucional e normativo no qual as atividades econômicas podem se desenvolver. Entre as proposições da terceira geração, deve se sublinhar: 1) a idéia de agir diretamente sobre as desigualdades para a distribuição direta de recursos aos mais vulneráveis economicamente - na esperança de que, para além do alívio imediato da pobreza, exista igualmente uma reativação do mercado interno⁸; 2) a implementação de políticas de micro-crédito (como o PRONAF⁹); 3) a utilização de cartões magnéticos para o pagamento do benefício (para evitar a intermediação de políticos e agentes públicos); 4) a descentralização de políticas sociais para estimular a participação local e a tentativa de aumentar a eficiência¹⁰, dentre outros.

Schwartzman afirma que no que tange a questão de políticas universais (no quadro do Estado de Bem Estar clássico) e as políticas de focalização (pela redução do setor público para uma focalização às populações mais vulneráveis), a universalidade representa no Brasil uma defesa dos interesses pré estabelecidos que sentem-se ameaçados pelas reformas (Schwartzman, 2004, pp. 181-189).

Em um sentido, poderia se dizer que um dos caminhos desta discussão seria a de

⁸ O que já fora feito anteriormente pelo Benefício da Prestação Continuada e as aposentadorias rurais especiais. O Programa Bolsa Família exerceu o mesmo efeito de reativação em larga escala, mesmo quando se trata de prestações mínimas.

⁹ Pensa-se aqui, especialmente sobre o efeito do PRONAF B para a pequena agricultura familiar.

¹⁰ Existe toda uma discussão sobre o risco de clientelismo derivado desta participação local. Na Argentina, parte da experiência de participação na gestão dos recursos pelos *piqueteros* foi desvirtuada numa nova forma de clientelismo.

abandonar uma “falsa universalidade” (que privilegia os já privilegiados), em favor de uma focalização mais restrita, uma “seletividade” larga, que culminaria eventualmente à uma universalização efetiva¹¹.

Pereira discute o conceito de seletividade, onde o foco seria mais restritivo. Ela não aumentaria o acesso aos direitos, pois exige os meios de provar os recursos e é concebido à partir da redução da proteção social. A “seletividade” seria uma forma de discriminação positiva temporária visando grupos específicos (negros, indígenas, mulheres, pessoas idosas e crianças) . Ela é concebida como um modo de aumentar o acesso aos direitos e serviços. Ela visa por ações particulares atingir as necessidades específicas sem perder de vista a universalização.

Abranches menciona que as políticas contra a pobreza são específicas e tem uma duração limitada. Elas combinam ações compensatórias, aspectos políticos e sociais permanentes e elementos de política macroeconômica e setorial, sobretudo no campo fiscal, industrial, agrícola e de emprego. Estas políticas fazem parte de uma intervenção social do Estado e geralmente se sobrepõem às políticas sociais. Mas, elas tem uma identidade, uma coerência e uma estratégia própria (Abranches, 1998, p. 15).

De fato, existe uma coerência própria para cada “política contra a pobreza”. É preciso assumir estas coerências próprias de certas situações e contextos; mas quando a questão social torna-se um sinônimo de pobreza, existe uma mudança crucial entre a abordagem e a compreensão do fenômeno. De fato, quando tratamos de pobreza como pobreza, esta se apresenta como um objeto em si mesmo. Ela é separada do que constrói e mantém a situação da pobreza. “ Este deslocamento de um termo representa muito mais que uma evolução semântica. Trata-se da redefinição social de uma problemática que se produz em um momento determinado; esta transformação contribui a redesenhar o campo do possível no domínio da ação” (Merklen, p.62, 2007).

Pelo viés do programa Bolsa Família, o governo brasileiro fez uma escolha de solução corretiva, através de uma redistribuição material pela transferência direta de renda às famílias identificadas como as mais vulneráveis. O programa há por finalidade o alívio imediato das situações de pobreza e pobreza extrema, visando em especial a segurança alimentar de famílias que têm crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo que exige como contrapartida que as famílias beneficiárias sejam acompanhadas pelos serviços públicos de saúde e que as crianças e adolescentes estejam na escola. A intenção desta contrapartida

¹¹ O que seria hoje uma leitura ainda hipotética ou mesmo utópica.

é de reforçar o acesso aos serviços públicos que são direitos dos cidadãos. Esta distorção de direitos em deveres serve à um melhor controle social, um estímulo à escolarização e à prevenção de doenças e de subnutrição.

Apesar deste ser o objetivo explicitado do programa, ele ainda segue sendo criticado como se ele tivesse sozinho a intenção de resolver a questão da pobreza no Brasil. Esta não é e nem nunca foi a pretensão do programa. O Bolsa Família é apenas um dos programas dentro da iniciativa do Fome Zero. O Fome Zero trabalha em 4 eixos: 1) acesso aos alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) Geração de renda; 4) Articulação, mobilização e controle social; totalizando 29 programas espalhados em 13 ministérios para o desenvolvimento social, o que demanda um enorme esforço de articulação política e logística.

No que concerne as condicionalidades respectivas sobre educação e saúde, é preciso fazer algumas ressalvas. O controle sobre a educação se refere à matrícula e à frequência escolar. Nos últimos 13 anos houve um grande investimento do governo no ciclo fundamental, aumentando o número de inscritos no ciclo médio. O Bolsa Escola seguido do Bolsa Família têm aumentado e mantido o número de matrículas nas escolas. É uma grande realização do Estado. Os dados do PNAD também demonstram uma melhoria no nível de escolarização de crianças de 5 à 17 anos. No entanto, ainda há vários desafios: 1) aumentar ainda mais a qualidade do ensino (diminuição do analfabetismo funcional e aumento do aprendizado efetivo das matérias diversas); 2) melhoria da estrutura logística (administrativa, salas de aula, material escolar, bibliotecas, merenda e outros); 3) melhoria da assistência pedagógica - em especial professores que saibam lidar com as diferenças de idades entre crianças em idade regular e adolescentes repetentes na mesma sala de aula e que saibam gerir os conflitos que surgem desta situação ; 4) permanência nas escolas durante todas as aulas.

Em relação à saúde, desde a instituição do SUS em 1989, houve claras melhorias no acesso aos serviços de saúde. No Programa Bolsa Família, já houve uma fragilidade maior no controle sobre a segurança alimentar (pelo SISVAN), mas esta realidade têm sido modificada e nota-se um claro aumento do acompanhamento da questão da segurança alimentar e da saúde. Houve um aumento significativo da presença de beneficiários do programa junto aos serviços de saúde (recebendo as visitas dos agentes de saúde, fazendo consultas médicas, tratamentos e utilizando a farmácia popular). Esta realidade é um novo desafio, pois isto significa um aumento de demandas sobre o Sistema público de saúde. Do mesmo modo que os serviços relativos à educação ainda não estavam prontos para bem

acolher o aumento de alunos nas salas de aula (inclusive o retorno de crianças e adolescentes que já tinham abandonado os estudos) ; a demanda para a saúde também vive a mesma situação. Em pouco mais de 4 anos, 11 milhões de famílias (ou seja, aproximadamente 44 milhões de pessoas) passaram a ter como condicionalidade do programa, o uso regular do sistema de saúde. Quando os beneficiários vão aos postos de saúde, eles ficam mais à par de seus direitos (pelos agentes de saúde ou por outros usuários do SUS) e começam a exigir mais os seus direitos. Esta é uma das intenções ao transformar os direitos em condicionalidades (deveres). Mas isto ainda não significa que o SUS esteja preparado para o aumento da demanda. Ademais, apesar das informações e dos atendimentos realizados, diversos problemas regulares das classes populares não são relativos à saúde em si mesma; mas à questões de infra-estrutura (habitações, saneamento básico, acesso à água potável) e muitos dos atendimentos dos centros de saúde se tornam então paliativos.

Como vimos até aqui, o Bolsa Família se refere a uma solução corretiva que visa confrontar algumas das conseqüências da atual distribuição econômica no Brasil. O programa oferece uma abordagem educacional e de acesso à saúde que busca resultados imediatos (na saúde e segurança alimentar) e a médio e longo prazo (na educação). É esperado que uma nova geração – cujo capital humano terá sido aumentado pela saúde e pelos estudos – romperá a pobreza entre as gerações que caracteriza o histórico de boa parte da população brasileira. Apesar das evidentes melhorias dos últimos anos e dos importantes investimentos nestes dois eixos, o caminho é ainda longo e árduo até os resultados esperados e exigirá uma articulação cada vez mais estrutural e profunda de diversas áreas do Estado e da sociedade brasileira.

A justiça social e redistributiva pela perspectiva dos beneficiários do Bolsa Família

Além da discussão da filosofia política contemporânea sobre redistribuição como justiça social e seus desafios; e para além da questão da criação, implementação e acompanhamento de políticas públicas e seus desafios, existe ainda a questão da experiência vivenciada da pobreza e da pobreza extrema. A experiência na prática da pobreza geralmente se choca com a racionalidade dos programas sociais e às vezes mesmo com as teorias de justiça social.

Neste trecho do artigo, tratar-se-á da questão redistributiva do Bolsa Família à partir dos testemunhos e experiência cotidiana das dificuldades daqueles para quem o programa foi criado. Ou seja, a maneira como os beneficiários do programa compreendem, recebem, se organizam e tratam o benefício. Estes testemunhos referem-se a um trabalho de campo

realizado entre julho e agosto de 2006, no sertão baiano e alagoano com 30 famílias e em uma favela de Recife com 20 famílias. O programa sofreu modificações desde então, no entanto, as questões tratadas pelos beneficiários permanecem de atualidade.

É preciso explicitar que as entrevistas não tratavam da questão da origem da pobreza em cada caso particular, nem qual a percepção que os beneficiários tinham das causas estruturais ou diretas da pobreza, ou a avaliação sobre a formulação do programa ou o conceito de justiça. Entretanto, nas suas falas, algumas questões mais estruturais sobre a redistribuição (trabalho, emprego, desemprego) e questões de exclusão e de reconhecimento social apareceram. Mesmo que suas palavras raramente ou jamais se exprimiam em termos de justiça social, suas considerações sobre suas experiências práticas eram reflexões sobre a questão da justiça social.

Os beneficiários do programa tratavam de diversas questões de suas vidas cotidianas e sua relação com o Estado (e outras entidades). Uma questão que existia na entrevista era se o Bolsa Família era uma ajuda ou um direito. No entanto, diversas vezes antes mesmo da questão ser apresentada, eles mesmos já tratavam do assunto. Outra questão dizia respeito à quantia do benefício e ao seu uso. Estas questões específicas permitiam aos beneficiários abordarem questões mais genéricas de sua experiência da pobreza. Eles podiam falar do desemprego em massa, responder às reprimendas que alguns fazem à eles por receberem o benefício; se valorizarem pelo esforço de partilhar o pouco que têm e mesmo tratar de questões mais abertas, tais como a possibilidade dos filhos ou netos escaparem à pobreza. Estes questionamentos tratam da questão das oportunidades, mas também de sorte. Os testemunhos mostram como eles lidam com suas preocupações, como vivem a precariedade e quais são as escolhas que fazem para viver melhor materialmente.

No que concerne o trabalho, a maior parte dos beneficiários tinham trabalhos precários e irregulares o que implica numa situação de grande imprevisibilidade. A maior parte dos trabalhos se referiam : a fazer faxina, lavar roupa, trabalhar na fabricação de tijolos ou telhas, trabalhar na roça, na construção civil, ou nas plantações em certas épocas do ano, de acordo com a demanda e a oferta. Ou seja, os testemunhos eram repletos de frases como: “meu marido trabalhou 3 vezes nesta semana; mas durante 3 meses, ele não achou um trabalho”; “ Eu lavo a roupa de Dona X, mas ela tem pensado em comprar uma máquina de lavar”; “ a gente sempre ia trabalhar na colheita de cana de açúcar, mas ano passado contrataram um pessoal que veio do Piauí”; “Meu filho trabalha em obra, mas passou um ano sem trabalhar, tem trabalhado já tem dois meses, mas depois desta obra

não sei se ele acha outra coisa”; “ tem semanas que a gente vende toda a mandioca da nossa roça e daí dá um dinheirinho, mas tem vez que a gente não vende quase nada e então a gente distribui entre os vizinhos para não perder”.

Por causa da variedade e dificuldade de testemunhos e de situações de trabalho e de renda, o tratamento de dados foi bastante longo até chegar a um resultado consolidado. Mesmo no momento de perguntar sobre a renda, era preciso adaptar a questão de acordo com as particularidades de cada família “ quanto vocês ganharam na semana passada?”; “ quando foi que a diária aumentou pela última vez?” ; “ quantos dias você trabalha por semana? Por mês?”; “ como foi o ano passado em termos de trabalho?”; “ de quando a quando você trabalha em tal atividade?” Era preciso discutir longamente sobre os diversos trabalhos para chegar a um dado calculável por ano e por mês (Ver tabela Excel em anexo¹²).

Uma comparação direta da pequena amostra mostrou que sem o benefício 38% das famílias viveriam abaixo da metade de um salário mínimo per capita por mês. Com a Bolsa Família isto diminuía a 24%. No que tange as médias, a média de renda sem benefício era de R\$ 231,44 e com o benefício passava a R\$ 313, 21. O quê representa um aumento de 35,3%. Para o grupo mais vulnerável, o Bolsa Família representa uma mudança substancial em suas vidas. Antes do programa 24% das famílias se encontravam nesta situação. Com o programa, apenas 8% continuam na mesma situação. Ou seja, 16% da amostra “subiu de categoria”.

A quantia do benefício

No entanto, para os beneficiários a questão se apresentava de outro modo: a quantia do benefício é justa? As respostas mudavam consideravelmente segundo a região (rural ou urbana), comunidades e bairros. A medida de análise dos beneficiários se apresenta pelos outros beneficiários que são mais ou menos próximos, mais ou menos vizinhos e que eles conhecem mais ou menos bem. Na favela em Recife ficou claro um ressentimento que havia dos habitantes da área mais precária (barracos de papelão, falta de saneamento básico e de iluminação) em comparação à área mais desenvolvida da favela (casas de tijolos, com telhas, com água encanada). O ressentimento se explica pela dificuldade de entender que pessoas com condições de vida materiais tão distintas (infra-estrutura, móveis, roupas,etc.) recebiam a mesma quantia da Bolsa. Mas na realidade, em termos de renda, a situação era exatamente a mesma. Isto explicita que a categoria de renda pode ainda unificar situações

¹² A tabela encontra-se depois da bibliografia.

ainda bastante distintas. Isso gerava ressentimento dos mais vulneráveis e uma necessidade dos outros beneficiários de explicar que “tal móvel foi dado pela igreja”; “tal coisa ganhou de uma antiga patroa”; “tal coisa foi recuperada do lixo” – como se ter algum bem precisasse ser justificado para legitimar o recebimento do Bolsa Família.

Na zona rural do sertão de Alagoas e da Bahia, os testemunhos eram bem diferenciados. Nestes dois lugares existia uma aparente homogeneização das condições de vida : casas construídas com cimento ou barro, desemprego em massa, mais ou menos o mesmo número de crianças por família, o mesmo acesso ou falta de acesso à água potável e eletricidade, etc. A questão da quantia do benefício era tratada de outro modo. A esperança compartilhada era de que houvesse um aumento (na época, o Bolsa Família estava sem aumento havia dois anos). Os outros comentários eram sobre as famílias que tinham mais que três filhos. A maioria dos entrevistados achava que o programa “deveria” ajudar mais. Não era claro se a questão se referia somente se seria “mais justo” elas receberem mais ajuda ou se tratava-se do peso da redistribuição da redistribuição (voltaremos à isto mais adiante). Provavelmente, havia um pouco das duas questões.

Um direito ou uma ajuda do governo?

A questão se o Bolsa Família é um direito ou uma ajuda trata da dignidade do beneficiário e seria o quê permitiria que a alocação seja exigida e não “pedida” . Aqui também os testemunhos se utilizam do método comparativo: “ se é um direito, porque tal ou tal pessoa conhecida que precisa muito não recebe?; porque tal outra pessoa que ‘precisa menos’ recebe?”

As especulações sobre os motivos de uns receberem e outros não são diversas. De modo geral, os beneficiários acham que há pessoas que mentem nos cadastros e por isso às vezes o governo escolhe mal. A tolerância às mentiras variavam bastante, havia uma irritação profunda frente às domésticas que não tem carteira assinada, mas que tem renda fixa. Por outro lado, havia uma grande tolerância para àqueles que mentiam por situações difíceis como ter vários adultos desempregados ou doentes em casa (“não são crianças ou adolescentes, mas também precisam comer, né?”). Poucas pessoas achavam que era preciso ter uma fiscalização mais rígida (como visitas domiciliares aleatórias) ; algumas pessoas reclamavam de fraudes, do fato de que se sabe quem não precisa e não se denuncia, outros falavam da dificuldade de se denunciar (mesmo pelo 0800) ; outras diziam que, em circunstâncias de dificuldades iguais, era uma mera questão de sorte receber ou não o benefício. Apenas uma pessoa das cinquenta entrevistadas falou que era um problema de orçamento e de áreas ou grupos prioritários para receber o benefício: “Se já

tivessem recursos para todas as famílias, todas já receberiam, mas depende do orçamento. Na falta de orçamento para todos, eles escolhem os que tem mais precisão.” (P., Bahia)

Outra questão que aparecia regularmente é o problema de falta de documentação (RG, certidão de nascimento). Os beneficiários conheciam casos de vizinhos, de amigos, de familiares que por falta dos documentos não podiam se cadastrar. As razões pela falta de documentos eram diversas: mudanças, tragédias pessoais –enchentes, incêndios, fugas de maridos violentos, perdas simples ou roubos. Mas o sentimento era geralmente de injustiça: “desde quando um papel é mais importante que a nossa fome?” ; “eu poderia testemunhar, eu conheço minha vizinha tem mais de 20 anos, vi os filhos nascerem, sei que ela é ela, como é que pode isto?” Os motivos de não tirarem novos documentos eram relativos à ignorância dos procedimentos, falta de dinheiro para ir ao cartório, medo da humilhação sofrida ou imaginada antecipadamente pelos funcionários dos cartórios.

Quando perguntados diretamente se o Bolsa Família era um direito ou uma ajuda, apenas nove (9) pessoas acreditavam ser um direito. Quarenta e uma (41) pessoas acreditavam ser uma ajuda, mas trinta e duas (32) dentre elas afirmaram que deveria ser um direito. Apenas duas pessoas achavam que não deveria ser um direito, elas alegavam que “ Ninguém tem a obrigação de nos ajudar com nossos filhos. São nossos filhos, a gente que teve, a gente que cuide. A gente passa dificuldade, ainda bem que tem a ajuda. Mas se virar direito vai ter gente que vai se aproveitar. Tamos felizes com a ajuda, mas é melhor que não seja direito” (A., Pernambuco). Essa citação mesmo sendo minoritária é representativa da interiorização de um discurso muito difundido na sociedade sobre aqueles que recebem ajuda do Estado, é um exemplo de violência simbólica que se institui pela adesão do “dominado” ao “dominante”. Mas pode ser também uma reprodução do discurso que a entrevistada acha que o entrevistador quer ouvir. Entre os trinta e dois beneficiários que acreditavam que o benefício deveria se tornar um direito, vinte e sete deles mencionaram a falta de emprego fixo e a dificuldade de assegurar uma renda à família como motivo. Isto variava de acordo com a região e a realidade local:

“ Precisamos de ajuda. Todo mundo precisa de ajuda. Estamos todos desempregados. De vez em quando aparece um trabalhinho, mas nem isto tem para todos. De vez em quando a gente divide o trabalho, de vez em quando dá briga. Eu já ouvi gente que acha que a gente não quer trabalhar, que a gente só quer ficar em casa. Não querer trabalhar é coisa de rico, quando você tem dinheiro suficiente para não fazer nada e viver bem, como o povo de novela. Mesmo quem ganha o máximo do Bolsa Família, é preciso trabalhar, é preciso arrumar um trabalho, senão não dá. De vez em quando meu marido vai

embora em busca de trabalho. A gente passa muito tempo sem se ver, é difícil, é difícil. Não é que a gente quer viver assim, é o quê a vida nos permite viver. Então como não tem jeito, precisava virar um direito. Você entende? A gente não pode forçar o pessoal a nos dar trabalho.” (M., Alagoas).

“ Devia de ser um direito porque a gente não acha emprego. Se tivesse emprego, deveria continuar a ser uma ajuda, mas não é o caso. A gente acha alguns bicos de vez em quando, eu dou faxina algumas vezes por mês, mas não se acha emprego. Nunca é fixo, nunca é certo, a gente não sabe quanto vai ganhar, a gente não sabe se vai dar para comer direito. A gente procura, mas não acha. Outro dia a gente falava disso, nunca a gente teve carteira assinada, nenhum patrão jamais assinou. Meu vizinho disse que carteira assinada é igual a anjo, todo mundo já ouviu falar, mas a gente nunca viu. É engraçado, né? Eu ri. Mas a gente ri porque não adianta chorar. Se todo dia é de precisão, que a gente ria um pouco da precisão” (J., Bahia).

“ Devia de ser um direito porque não tem trabalho para todo mundo, não tem casa para todo mundo, não tem comida, não tem o básico. É o básico, é só o básico e não tem para todo mundo. E também é ruim depender de ajuda, ter medo de perder a ajuda, e tem gente que acha que a gente não quer trabalhar, quer aproveitar dos outros. A gente queria mesmo é ter trabalho, direitinho. Não é só o dinheiro, é fazer uma coisa, que os filhos vejam que a gente trabalha, que a gente ganha a vida, que tem um futuro para eles, para que a gente possa fazer as coisas, fazer certinho. (...) Outro dia eu escutei na rádio que o Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Eu olhei ao redor e me disse: aonde? Eu não vejo isto. Tá, lá na cidade, em Boa Viagem ... tudo bem lá tem riqueza, mas isto está certo? Antes... você quer a verdade, né? Antes eu mandava meu filho mais velho ir à Boa Viagem e roubar os turistas. Era só de vez em quando, mas não tinha outro jeito. É errado, né? Eu sei. É crime. Eu sei. Mas também não é crime viver assim? A gente não tava expulsando gente da casa, era umas coisas, uns trocados, um relógio. Nada de importante comparado à vida das pessoas. Essa coisa de direito, é tudo de cabeça para baixo. Ter o mínimo não é direito, roubar para assegurar o mínimo é crime? Dá pra ver que quem faz as leis são os que já tem dinheiro.” (D., Recife).

A outra questão é a possibilidade de se escapar da pobreza. Isto ficou claro com os depoimentos na zona rural, onde se percebe uma melhoria de oportunidades, as crianças e adolescentes passam mais anos nas escolas, avançam nas séries. Mas a dúvida continua se isto assegurará um futuro mais certo, um emprego estável. É também o quê se perguntava uma mãe na favela: “ Tem a Bolsa, mas do mesmo jeito que ela apareceu, ela

talvez desapareça. As crianças estão na escola, vai melhorar a chance deles de trabalhar. Mas, eu conheço tantos adolescentes que estudaram e que não arrumaram um trabalho. Eu me pergunto sabe, eu me pergunto se vai ter emprego para eles. Se não tiver, os filhos deles vão passar por tudo isso que a gente já passa. E eu te digo uma coisa, isto não é certo. Sem a Bolsa, nem sei onde estaríamos. Mas ela dura só um tempo. ” (R., Recife).

De fato, na época da pesquisa, o Bolsa Família era apresentado como um benefício e não como um direito. No dia 15 de setembro de 2006 (depois de termos feito estas entrevistas), a lei n° 11.346 foi promulgada, a lei orgânica de segurança alimentar –Losan. Ela consolida uma concepção de renda mínima como um direito do cidadão e rompe com a associação deste direito às iniciativas de um partido ou governo, inscrevendo este direito na agenda social brasileira como uma obrigação legal. A não garantia deste direito representa uma grave violação dos direitos da pessoas e do direito à vida. Isto não assegura a continuidade do Bolsa Família ou das condicionalidades de educação e saúde, mas obriga a transferência de renda para garantir a segurança alimentar. É uma importante vitória para os direitos sociais.

O uso do Bolsa Família

Uma questão que era fundamental para os beneficiários era se o uso da Bolsa estava correto. Os beneficiários entrevistados tinham interiorizado bem duas questões relativas ao uso: 1) ela deve ser utilizada mais para alimentação, educação e saúde; 2) ela é sobretudo para as crianças e adolescentes. O uso do benefício variava relativamente pouco e dependia da situação da família: quando a quantia era pequena e alguém já tinha uma pequena renda ou situação que assegurava o mínimo alimentar (roça, uma horta, um trabalho meio fixo), podia-se gastar mais com a compra de cadernos ou chinelos para irem à escola. Em termos de alimentação, onde a quantia da Bolsa era mais elevada e o número de adultos sem emprego também, a partilha do benefício era mais entre todos:

“ A gente sabe que o benefício é mais para as crianças, mas se chama Bolsa Família porque a família toda passa dificuldade. E as crianças têm merenda na escola. Bom, nem todos, no segundo grau não e... também depende da escola, mas geralmente tem merenda pelo menos três ou quatro vezes por semana. Então eu disse a eles para comerem como se não tivesse comida em casa. Tem comida sim, mas o quê os adultos comeriam então? Entende? Não dá para dizer para seu filho que já não faz parte da Bolsa Família que ele não tem mais direito de comer. E tem a gente também, meu marido, eu, minha irmã, às vezes o ex dela que fica aqui um tempo. Eu, eu sou mãe, a gente deixa de comer para os

filhos da gente comerem, mas os outros não. E é difícil procurar trabalho quando não se come o suficiente, a gente se sente fraco o tempo todo” (E., Bahia)

Em todo caso, o gasto médio per capita por mês variava nas três regiões entre 46% à 65% para a alimentação. O gasto médio com educação variava de 5% à 17%, de acordo com a região (e particularidades de ajuda do governo local) e o gasto médio com saúde variava de 3% à 10% (dependendo das particularidades de saúde das famílias e a diferença entre a favela com e a zona rural).

Em casos mais raros, algumas pessoas conseguiram reinvestir o dinheiro do benefício para economizar ou mesmo gerar renda. São casos de pessoas que por terem recebido uma cesta básica em tal mês, decidiram comprar um tanquinho para agilizar a lavagem de roupas. Ou pessoas que parcelaram uma compra de bicicleta para economizar o transporte no campo. Há casos ainda mais extremos de pessoas que conseguiram fazer empréstimo à juros com um pedaço da Bolsa Família, mas estes casos são bem minoritários.

A redistribuição da redistribuição

A outra questão que era sempre evocada pelos beneficiários é o que chamamos de » redistribuição da redistribuição”. Trata-se de uma questão de solidariedade no sentido sociológico, “um sistema de trocas e de cooperação regulada por normas precisas que definem o molde de um grupo humano”¹³ e do qual pode-se retirar um valor moral. Segundo Castel, a vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade das redes de proximidade. Estas zonas de precariedade de trabalho e de suporte de proximidade tendem a se equilibrar na precariedade e podem assegurar a sobrevivência dos indivíduos em situações extremamente precárias. Castel defende a idéia de que a pobreza como discriminante econômico não é a questão essencial. Ele afirma que a pobreza desempenha um papel importante na desestabilização daqueles que não detêm reservas econômicas. Porém, ele acredita que a questão principal vem da relação entre precariedade econômica e instabilidade social¹⁴.

Entre os entrevistados, as normas dessas trocas estavam mais ou menos precisas nos seus testemunhos. Contudo, a questão da re-redistribuição do pouco que tinham era também uma questão vivida com uma certa angústia e dúvidas éticas:

¹³ Merklen, 2007, p. 168.

¹⁴ Castel, 2001, p. 19.

“ Eu ajudo minha irmã na Paraíba. Ela tem 5 crianças e seu marido a deixou. É duro porque a gente não tem muito dinheiro e às vezes tem que mandar. Não é como se ela morasse aqui e a gente partilhasse a mandioca da roça. Eu já disse que ela precisa arrumar um dinheiro para sair de lá e procurar um trabalho. Não dá para ela vir aqui porque aqui também não tem trabalho, tamos todos com dificuldades...mas nem sei, ela não poderia se mudar com todos os filhos, teria que deixar alguns com outras pessoas. Ela se inscreveu no Bolsa Família, mas ainda não chegou.” (L. Bahia)

“Difícil é escolher. Quando você tem amigas na vizinhança que tem as mesmas dificuldades e que não tem a Bolsa, é bem difícil. Eu não me sinto culpada porque fui escolhida, mas eu me sinto mal por elas. Então eu tendo compartilhar de outro jeito... ou com alimentos, ou olhando os filhos delas para elas procurarem trabalho, este tipo de coisa. Mas, não dá para ajudar todo mundo... é difícil, entende? Que crianças eu chamo para almoçar? E sei lá, eu olho meus filhos, você viu meus filhos? Não é como se eles tivessem super bem alimentados. É certo par menos a eles para dar um pouco aos outros? Eu não sei... nos seus estudos você tem resposta para isto? Por que eu não tenho. (C., Bahia)

“A gente tem pouco, você pode ver isto, e tem gente que não recebe o Bolsa. É complicado porque é conhecido da gente e gente que precisa. Então a gente ajuda, a gente ajuda com o quê pode. E cada ajuda é uma ajuda diferente e nem todo mundo recebe todas as ajudas. Então hoje sou eu ajudando ela, amanhã pode ser ela me ajudando. Estas ajudas... do mesmo jeito que vêm, elas vão embora. A gente não sabe o quê vai ser amanhã, então a gente sempre se ajuda. Mesmo tendo pouco, a gente se ajuda. Mais no início do mês porque no final do mês não tem nem para a gente.” (M. A., Alagoas)

As questões tratadas pelos beneficiários se apresentam de acordo com a experiência do dia-a-dia vivido individualmente em grupo e não pelos critérios abstratos da justiça social ou pelos critérios do programa. Alguns dos limites do programa (orçamento atual e o alcance) criam novas dinâmicas entre os beneficiários. As aspirações do programa em termos de educação e possibilidade de emprego para os filhos são inspirações compartilhadas, mas as dificuldades vividas os fazem questionar se eles verão mesmo a saída.

O equilíbrio delicado de uma tripla perspectiva

Tendo em vista os elementos que demonstramos, podemos afirmar que existe uma grande diferença na maneira pela qual abordamos tipicamente a questão redistributiva. Existe o pensamento crítico (às vezes normativa) da filosofia política. Existe o pensamento

do Estado e a experiência vivida. Estas diferenças são de análises de discurso incomunicáveis entre si?

Acreditamos que falamos da mesma coisa por linguagens e perspectivas diferentes. Como pode-se traduzir estas linguagens? Qual seria o ponto de partida. Se aceitamos o ponto de vista de Boltanski e Chiapello, ou a solução transformadora de Fraser, devemos renunciar em certa medida ao Estado de Bem Estar Social. Se tratamos apenas do Estado de Bem Estar Social, devemos renunciar às idéias de transformação mais radicais. Se tomarmos apenas o ponto de vista dos beneficiários, renunciamos temporariamente às questões de cunho mais estrutural, pois trata-se do dia-a-dia.

Na realidade estamos diante de tensões de temporalidades e dimensões diferentes. A tensão entre a urgência da ação e um projeto de sociedade. A tensão entre os ideais teóricos, a gestão e os limites de políticas públicas e a política pública vivenciada na ponta pelo beneficiário. Acreditamos que qualquer uma destas abordagens isoladas em si mesmas serão sempre interessantes, mas limitadas em termos das soluções que buscamos. É preciso estabelecer uma ponte entre estas perspectivas e temporalidades para poder confrontarmos os desafios que a realidade concreta nos apresenta. Este artigo é apenas um primeiro esforço nesta reflexão, mas apenas uma troca efetiva de idéias, dados e iniciativas poderia aprofundar e melhorar as futuras práticas no combate à pobreza e desigualdade.

Bibliografia

- ABRANCHES, Sérgio, Wanderley G. SANTOS, e Marcos Antônio COIMBRA (1998). *Política Social e Combate à Pobreza. A teoria da prática*. Rio de Janeiro : Zahar.
- BACHRACH, Peter et Morton S. BARATZ (1962) « Two faces of power ». *American Political Science Review*, vol. 53, no. 2. Washington. Pps. 947-952.
- BARROS, Ricardo P., Mirela de CARVALHO, Samuel FRANCO (2006), IPEA.
- BARROS, Ricardo P. (2000) ; TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 750 « Poverty, inequality and macroeconomic instability », Rio de Janeiro.
- BOLTANSKI, Luc et Eve CHIAPELLO (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris. Gallimard.
- BOUKHARINE, N. (1967) *La théorie du matérialisme historique. Manuel populaire de sociologie marxiste*. Paris : Anthropos.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil
- _____ (1998). *La domination masculine*, Paris, Seuil.
- _____ (1993). *La misère du monde*, Paris, Seuil.
- CASTEL, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale* , Paris, Gallimard.
- FRASER, Nancy, et Axel HONNETH (2003). *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso.
- FRASER, Nancy (2005), *Qu'est-ce la justice sociale ? Reconnaissance et Redistribution*. Paris. La découverte
- _____ (1997). *Justice Interruptus: critical reflections on the 'postsocialist' condition*. London. Routledge.
- GAXIE, Daniel (1978), *Le sens caché*, Paris, Seuil.
- HONNETH, Axel (2002), *La lutte pour la reconnaissance*, Paris. Cerf.
- IBGE (2005), Oficina de Elaboração de Documentos Metodológicos de Referência para o Programa Bolsa família: « Comentários sobre o formulário do cadastramento único para programas sociais do governo federal. Brasília, setembro.
- JR., Carlos A (2006), « Os contrastes segundo Vinod » *Correio Braziliense*, Bsb.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa (2005), « Políticas Sociais: Focalização ou Universalização? », Textos para discussão TD180, outubro. UFF/Economia, Rio de Janeiro.

- MARX, Karl (2007). *Le 18 brumaire de Napoléon Bonaparte*. Paris : Flammarion
- _____ (1998). *Manifeste du parti communiste*. Paris : Flammarion
- _____ (1976). *Misère de la philosophie*. Paris : La dispute
- MERKLEN, Denis, (2007) « *Du travailleur à l'habitant. Notes sur la localisation de la classe populaire* », a apparaître, Paris, RONEO.
- _____ (2003) « *Du travailleur au pauvre. La question sociale en Amérique Latine* », *Études Rurales*, pp. 171-196.
- MIGUEL, L. F. (1998). « *De que falamos os marxistas quando falamos de classes ?* » *Mediações*, n° 3. Londrina, pp. 23-29.
- OFFE, Claus (1984). *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.
- PEREIRA, Potyara A. P. (2003), *Porque também sou contra a focalização das políticas sociais brasileiras*. Digitado. Brasília.
- RAWLS, John (1971) *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.
- SANT'ANA, Sarah M. (2007), "*Le programme Bourse Famille au Brésil : Étude de cas pour une approche plus substantielle de la pauvreté*", dissertação de mestrado da Université Paris-Diderot.
- SCHWARTZMAN, Simon (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV.
- YOUNG, Iris Marion (1990) *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press
- _____ (2001) " *Activist challenges to deliberative democracy*", *Political Theory*, vol. 29, n° 5. Thousand Oaks, pp. 670-90.
- _____ (2002) *Inclusion and democracy*. Oxford. Oxford University Press.

Anexo

Tabela de dados da pesquisa

	Fontes de renda e renda média					me mbros	Gastos																
	Benefícios	Bolsa Família	Benefícios totais	Salário total/mês	Benefícios + salários		Renda per capita	Alimentação	Educação	Saúde	Transporte	Gas	Água	Eletricidade	Poupança	pagamento de	dividas	Dividas	Empréstimos	Roupas	Total em despesas	Despesas/ benefícios	despesas / renda
1	7.5	7	80.	80.	80.	13.4	3	2	20	7	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	73	90.68	90.68
2	0	1	15	43	445	89.0	2	7	0	2.6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.6	110.67	3.73
3	7.5	7	80.	31	392	65.4	2	0	30	35	15	0	0	0	20	0	0	0	0	0	200	248.45	50.96
4	7.5	6	72.	52	592	118.	1	5	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65	89.66	10.97
5	7.5	6	72.	15	222	74.1	2	5	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65	89.66	29.21
6	7.5	6	72.	12	197	98.7	1	2	0	30	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0	65	89.66	32.91

Bahia - PA (1)

Algoas - DM (2)																								
7	7.5	3	37.	20	241	80.5	2	1	0	15	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	23	61.33	9.52	
8	7.5	8	87.	17	257	64.3	2	2	1	15	0	24	0	0	0	0	0	0	0	0	40	118.86	40.39	
9	0	1	15	20	215	107.	0	2	4	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	50	333.33	23.26	
10	7.5	1	22.	22	242	48.5	1	4	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	66.67	6.19	
11	37.	7	11	43	544	68.0	3	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	495	447.96	90.91
12	7.5	9	10	40	142	20.3	5	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	100	97.56	70.18
13	30	7	10	14	246	49.2	3	2	6	20	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	112	108.74	45.53
14	7.5	5	57.	35	407	203.	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	104.35	14.72	
15	7.5	8	95.	11	213	71.1	1	2	7	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78	81.68	36.53
16	7.5	9	10	28	382	54.6	3	4	5	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	95	92.68	24.84
17	7.5	8	87.	35	437	109.	2	2	5	2.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	66.5	76.00	15.20

39	0	4	45	70	745	124.	3	3	4	12	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	67	148.89	8.99
40	40	8	12	16	280	56.0	4	1	9	20	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120	100.00	42.86
41	0	4	45	95	995	142.	4	3	4	17	0	0	0	0	0	20	20	0	33	315	700.00	31.66	
42	0	8	85	75	835	59.6	8	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	85	100.00	10.18	
43	0	8	80	80	160	32.0	3	2	7	0	0	0	0	3	0	0	0	10	83	103.75	51.88		
44	0	8	80	0	80	26.6	2	1	7	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	75	93.75	93.75	
45	0	8	80	80	160	53.3	2	1	5	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	80	100.00	50.00	
46	40	9	13	24	159	31.8	3	2	3	0	0	0	0	0	12.	5	0	30	72.5	53.70	45.60		
47	0	9	95	31	405	40.5	6	4	9	0	15	0	0	0	17.	5	0	0	0	127.	134.21	31.48	
48	0	9	95	26	363	51.8	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	75	78.95	20.66	
49	40	8	12	27	390	195.	2	0	7	0	6	8	30	0	0	0	0	20	8	172	143.33	44.10	

